

UNIÃO EUROPEIA E AMÉRICA LATINA: RELAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS COMO CONTRIBUTO PARA UMA APROXIMAÇÃO INTERCONTINENTAL¹.

Isabel Costa Leite - *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UFP*
Professora Auxiliar

ABSTRACT

In the actual context of International Relations, the European Union and the Iberian American countries have been developed a process of approach which, by different reasons, has become a priority in their external relations.

The development of european integration and the political and economical changes verified in Iberoamerica allowed new strategies of cooperation. This cooperation addresses its priorities not only to the commercial side, through different agreements that privilege exchanges between the two parts, as well to the humanitarian aid in various regions and the support given to the consolidation of democratic regimes and respect for human rights in those countries.

RESUMO

No actual contexto de Relações Internacionais, a União Europeia e os países ibero-americanos têm desenvolvido um processo de aproximação que, por diferentes razões, se tornou uma das prioridades das suas relações externas.

O aprofundamento da integração europeia e as transformações políticas e económicas verificadas nas últimas décadas na América Latina abriram caminho a novas estratégias de cooperação. Estas dirigem-se não só à vertente comercial, através de diferentes acordos que privilegiam as trocas entre as duas partes, como à ajuda humanitária em diversas regiões e ao apoio atribuído à consolidação dos regimes democráticos e respeito pelos direitos humanos nesses países.

1. ALTERAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS NA AMÉRICA LATINA

Até final da década de 80 (séc. XX), a Comunidade Europeia não mostrava grande interesse pelos países ibero-americanos pois estes passavam por graves desequilíbrios e perturbações políticas, económicas e sociais. O atraso económico, a dependência relativamente aos Estados Unidos e as ditaduras militares instaladas nestes países (Chile, Argentina, Brasil) dificultaram ainda mais o estabelecimento de uma relação preferencial.

No entanto, a América Latina, em geral, conseguiu superar a violência política que caracterizara os anos 70. Os sistemas democráticos foram instaurados nos diferentes Estados, com diferentes níveis de sucesso, deixando os governos ditatoriais ao longo da década de 80 e dando início aos processos de paz nos anos 90. Assim, assistimos a um movimento de democratização no Brasil, seguindo-se a Argentina, o Uruguai e o Chile. Mais tarde, chegou a vez da Nicarágua, El Salvador, Honduras e Paraguai (pela primeira vez deixa de ter um regime ditatorial) ao mesmo tempo que surgem alterações no sentido de maior abertura política tanto no Equador como no Panamá (CIIP, 2002, p. 125).

A transição para o estabelecimento do Estado de Direito e pluralismo político conduziu à redução da violência e instauração da paz. A estabilidade serviu como meio de abertura e maior relacionamento económico e político com os países europeus.

No entanto, encontrando-se, ainda, numa primeira fase de transição política, verificam-se muitas tensões decorrentes de uma democracia pouco consolidada (caso do Chile em que é persistente a impunidade relativamente aos responsáveis pela ditadura – Pinochet como senador vitalício). Noutros casos, são evidentes as crises de legitimidade pro-

204 vocadas pela fragilidade do sistema democrático como no Peru, Guatemala, Paraguai, México e Equador e, simultaneamente, os conflitos de desenvolvimento decorrentes da ausência de igualdade de oportunidades para toda a população (Equador, Brasil, Argentina) (Nun, 2002, pp. 117-130). De forma geral, mantêm-se os desequilíbrios socioeconómicos, a corrupção e a falta de governação efectiva a que se acrescentam os conflitos de identidade em que se manifesta a necessidade de afirmação étnica (México- Chiapas, Equador, Chile, Brasil, Paraguai e Peru). A presença de diversos movimentos guerrilheiros (Colômbia, Peru e México), apesar de menos intensos no México e de alguma pressão por parte dos governos em resolver os conflitos internos, não deixam de constituir importantes obstáculos ao seu desenvolvimento económico pela violência política e conflitos armados que a qualquer momento poderão surgir (CIIP, 2002, pp. 46-47). Temos, recentemente, os exemplos da Colômbia (guerrilha envolvida no rapto e desaparecimento de centenas de pessoas), do Brasil (violência policial e inspecção pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU), Bolívia (exigência popular de demissão do Presidente).

A consolidação da democracia institucional será o segundo passo para o sucesso político, económico, social e humano nesta região. Assim, estes Estados deparam-se com a necessidade de reforçar o Estado de Direito, consolidar Instituições legítimas, fomentar as associações e representações de diversos interesses, consciencializar os cidadãos sobre os princípios democráticos e exercício de cidadania (Alcântara, 2003, pp. 14-15). O processo exigirá um grande esforço por parte das elites políticas mas espera-se que as soluções para os diversos problemas internos possam resultar das suas relações com o exterior o que implica um certo apoio nos planos de cooperação desenvolvidos pela União Europeia.

2. A INFLUÊNCIA IBÉRICA NAS RELAÇÕES UNIÃO EUROPEIA-AMÉRICA LATINA

A América Latina nem sempre foi alvo de um interesse preferencial da União Europeia. A partir da adesão de Portugal e de Espanha à integração europeia, em 1986, interesses específicos permitiram que aquele espaço do continente americano passasse a constituir um dos grandes destinos do investimento europeu, sobretudo de origem espanhola. As democracias ibero-americanas e os processos de abertura política e económica, assim como, a participação de Portugal e de Espanha nas novas orientações europeias alteraram a forma de olhar a Iberoamérica. A determinação espanhola tem sabido captar a atenção europeia para as grandes oportunidades que uma região como a América Latina poderá oferecer mesmo que não estejam ultrapassadas as perturbações que ainda assolam aqueles países tais como conflitos territoriais, guerrilhas, violação dos direitos humanos e minorias étnicas.

No aspecto económico, existe uma relação positiva entre paz, democracia e integração económica. A tendência para a formação de blocos regionais e o avanço do processo de integração do Mercosul, tornam a América Latina num importante parceiro do bloco europeu e uma região indutora de desenvolvimento e crescimento económico decorrente dos importantes investimentos aí realizados (Cave, 2002, pp. 67-76). Argentina e Brasil são o motor político da integração ainda que o Brasil, pelo seu poder económico, assumia uma posição de liderança levando a um reforço da sua participação na sociedade internacional. Na mesma perspectiva, a relação preferencial com Portugal tende a facilitar as suas relações com os restantes membros do Mercosul assim como funciona como um factor determinante na aproximação entre o Mercosul e a União Europeia (Valladão, 2003, p. 3).

Outro factor a considerar no aprofundamento das relações entre os dois blocos é que nenhum dos membros do Mercosul constitui qualquer ameaça à paz e segurança inter-

nacionais chegando mesmo as suas forças a participar nas operações de paz das Nações Unidas (Brasil, Argentina, Uruguai) e estabeleceram prioridades conjuntas no domínio do combate ao narcotráfico e reforço dos mecanismos de paz (exercícios militares conjuntos) (Hirst, 2001, p. 115).

Por outro lado, países hispânicos e lusófono partilham tradições comuns como a religião, história e relações externas. A aprendizagem do espanhol e do português tem sido objecto de uma importante dinâmica em muitos países latino-americanos como forma de participar no crescimento e desenvolvimento futuro da Iberoamérica.

3. POTENCIALIDADES DO MERCADO LATINO-AMERICANO

Simultaneamente, não se poderá descurar o grande interesse que os diferentes blocos de integração económica (Mercosul, Aladi², Pacto Andino) dirigem a uma maior aproximação e diálogo com a União Europeia, exemplo do mais avançado processo de integração.

No contexto das relações comerciais, a União Europeia é o segundo parceiro comercial da América Latina tornando-se o principal parceiro do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), Chile e Grupo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Segundo os dados de 2001, a U.E. exportou 5,8% do total das suas exportações (cerca de 56.404 milhões de Euros) para a América Latina e 4,8% do total das suas importações (cerca de 49.171 milhões de Euros) foram provenientes dos países latino-americanos (European Commission, “Trade Issues”, 2003).

No que se refere ao investimento directo, Espanha assume, de longe, a maior posição, seguindo-se o Reino Unido, a Holanda e a Alemanha. Portugal tem igualmente um especial interesse no mercado brasileiro, o que levou a um aumento do seu investimento de 3 milhões de dólares em 1994 para 490 milhões de dólares em 1997³.

Em 2000, o investimento directo da América Latina na União Europeia atingiu cerca de 69,8% do total do seu investimento no estrangeiro (734 milhões de Euros) enquanto que o investimento da U.E na América Latina atingiu 75,3% do investimento externo naquela região (38.983 milhões de Euros), representando 10,8% do total do investimento externo da U.E. (European Commission, Trade Issues, 2003).

4. COOPERAÇÃO POLÍTICA

Em 1994, a União Europeia propôs-se dirigir uma especial atenção aos esforços de manutenção de paz, respeito pelos direitos humanos, desenvolvimento económico sustentável e estabelecer planos de cooperação na área científica e cultural. A ajuda comunitária chegou a atingir mais de 500 milhões de Ecus quando nos anos 80 rondara apenas 37 milhões de Ecus (Cuenca García, 2002, pp. 111-112)

Para além dos interesses económicos que potenciaram diversos acordos e programas nas vertentes do comércio, indústria e investimento (COOPECO e AL-Invest), também as prioridades se dirigiram às questões de ordem política. No âmbito da cooperação para o desenvolvimento foram criados programas de apoio à luta contra a pobreza e marginalidade, consolidação da democracia, protecção das minorias indígenas, tendo como exemplo os programas “Democracia na Iberoamérica” que disponibilizou 16.625 milhões de Ecus em 1997 (Cuba, apesar das circunstâncias, encontra-se neste grupo de apoio) e o programa “Ajuda à população nos países em vias de desenvolvimento” que contou com cerca de 240 milhões Ecus, no período entre 1996-1999. Nicarágua, com 13%, Bolívia com 11% e Peru com 8% são os maiores beneficiários deste apoio (Cuenca García, 2002, p. 113).

206 A ajuda humanitária é outra das componentes da cooperação entre a União Europeia e a América Latina. Os seus destinatários são as populações desintegradas (3 milhões de Ecus em 1998), vítimas de catástrofes naturais (Guatemala) e em situação de deficientes condições alimentares ou sanitárias assim como processos de pacificação (Nicarágua e El Salvador). A ajuda de emergência atribuída pela ECHO tem aumentado anualmente contando com 18.759.330 Ecus em 1996 e 46.020.000 Ecus em 1998 o que representa um acréscimo de quase 246% (Cuenca García, 2002, p. 117).

No período 1990-1997, a União Europeia foi o maior contribuinte para o apoio ao desenvolvimento na América Latina e Caraíbas detendo 56% da ajuda total dirigida àquela região (Cuenca García, 2002, p. 124). Entre os Estados membros da União Europeia, o que mais se distingue é a Alemanha, ainda que se verifique um desvio das suas atenções para a Europa de Leste, seguindo-se Espanha e Holanda.

Tal como já referimos, uma das prioridades assumidas na Cimeira do Rio, em 1999, consistiu na protecção dos direitos humanos, pelo que, e de acordo com a Iniciativa Europeia para a Democracia e Direitos Humanos, em 2001, diversas acções foram contempladas com o apoio financeiro da União Europeia. No domínio da promoção e protecção dos direitos humanos, vários projectos foram apoiados em países como Equador, Peru, Venezuela e Colômbia com a finalidade de promover a educação e formação em direitos humanos, participação nos processos de decisão, igual participação de homens e mulheres na sociedade civil, combate ao racismo e xenofobia, assim como protecção das minorias e populações indígenas. A defesa dos direitos das crianças é uma prioridade que se verifica em toda a América Latina, tendo sido objecto de intervenções directas nas Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

No âmbito do apoio à democratização, foi desenvolvida uma acção global no sentido de reforçar os princípios do Estado de Direito, a independência do sistema judiciário e um sistema prisional mais humano. Argentina e El Salvador viram igualmente reforçadas as medidas de incentivo à participação, de homens e mulheres, na sociedade civil enquanto o Chile e o Brasil sofreram a intervenção de acções de promoção do pluralismo, reforço das instituições e independência dos meios de comunicação. A defesa dos direitos das crianças constituiu, igualmente, uma das áreas apoiadas pela União Europeia no que respeita ao Brasil através da ANDI – Agência de Noticias dos Direitos da Infância (EU-ROPA – The EU's relations with Brazil, 2004).

Outra área prioritária nos planos de cooperação política consiste na prevenção e resolução de conflitos. Neste domínio, países como a Colômbia e a Guatemala foram palco de algumas intervenções por parte de organismos como a Caritas e a Cooperazione Internazionale, respectivamente (total de 2.290.759 € na Colômbia e 560.000 € na Guatemala) (European Initiative for Democracy and Human Rights, 2003).

A presidência espanhola, de acordo com os seus interesses em reforçar os laços com a América Latina, permitiu, em Maio de 2002, que a Cimeira de Madrid estabelecesse iniciativas algo ambiciosas a fim de concretizar as medidas lançadas no Rio de Janeiro em 1999.

Conforme os países destinatários, as medidas europeias assumem diferentes áreas de intervenção. Assim, relativamente ao Chile, Mercosul e México, a agenda incidiu essencialmente sobre questões de comércio (The EU's relations with Mercosul). No que se refere à Comunidade Andina e América Central, a Cimeira estabeleceu um novo “Diálogo Político e acordos de cooperação” no sentido de reforçar os princípios democráticos e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Neste domínio, a verba atribuída à América Latina, em 2003, foi de 3.973.712 € e englobou 7 projectos desenvolvidos na

Colômbia (reforço das instituições públicas, protecção dos direitos das crianças, direitos dos trabalhadores), Guatemala (reforço da sociedade civil através das rádios locais, aplicação do programa de reconciliação e justiça) e México (consolidação de uma política de direitos humanos, reforço da sociedade civil na definição das políticas públicas, apoio a uma nova rádio) (Europeaid, 2003).

O combate ao terrorismo e ao tráfico de droga passou, igualmente, a constituir uma área de cooperação determinante na consolidação dos regimes democráticos nestes países. Um outro aspecto assumido politicamente na Cimeira defende que o apoio às reformas internas se pode conseguir através do aumento do investimento mútuo e trocas comerciais mais liberalizadas.

5. COOPERAÇÃO CULTURAL

a) Influência da Organização dos Estados Iberoamericanos nas áreas da educação, cultura e ciência

A Organização de Estados Iberoamericanos tem vindo a ter uma intervenção crescente ainda que muitas vezes pouco notória nos países ibéricos. Com efeito, esta organização tem origem no Gabinete Iberoamericano de Educação, criado em 1945. A partir de 1954 foi instituído como organização intergovernamental tendo passado a ter a actual designação em 1985, ano em que foram celebrados os tratados de adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias. A partir daí, pretende, através da cooperação nas áreas da educação, ciência, tecnologia e cultura, promover o desenvolvimento, a democracia e a integração regional dos Estados membros. Entre os 23 membros⁴, encontram-se Portugal e Espanha o que permite estabelecer uma ponte cultural e educacional com a Europa.

Entre as diversas actividades realizadas por acção da OEI, encontramos programas de cooperação nas áreas educativa, científica e cultural. Neste âmbito, pretende-se promover a alfabetização de adultos, prolongar o ensino das crianças, criar programas de intercâmbio e cursos à distância através das novas tecnologias de informação, incentivos à aprendizagem e divulgação das línguas portuguesa e espanhola, publicação de revistas e manuais e criação de bibliotecas digitais que são formas de chegar às diferentes populações que, frequentemente, pela distância, não têm meios de frequentar presencialmente o sistema de ensino de tipo tradicional. Vários concursos, como as Olimpíadas de Matemática, são igualmente iniciativas que têm como finalidade envolver as crianças e jovens nestas áreas do conhecimento.

Educação, cultura e ciência são instrumentos utilizados na divulgação da informação necessária à promoção do desenvolvimento local, consolidação da democracia e concretização efectivas dos processos de paz, objectivos tão prementes na maioria dos Estados latino-americanos, e servem, através de planos estratégicos, para fomentar uma maior cooperação internacional (OEI, 2003).

A intervenção gradual da OEI, através das suas decisões políticas e dos seus programas de acção, mostra que existe cada vez mais uma determinação por parte dos Estados em promover uma aproximação política através de laços comuns (educação, cultura, ciência) que poderão continuar a servir de união entre a península ibérica (Portugal e Espanha) e a América Latina.

b) As acções comunitárias

Entre as diversas modalidades em que assenta a relação entre a União Europeia e a América Latina, para além das vertentes política e económica, foram desenvolvidas acções de cooperação cultural e educacional.

208 No âmbito da cooperação cultural, foi criado o programa URB-AL destinado à conservação de património histórico e urbano que se mantém como um dos elos da identidade ibero-americana. Na área da educação, o programa ALFA dirige-se ao intercâmbio de estudantes universitários e investigadores, assim como o programa ALβAN, criado em 2002, pretende, especificamente, uma maior cooperação no domínio da formação superior e estudos de pós-graduação para profissionais latino-americanos na União Europeia. Educação, inovação tecnológica assim como as novas funções da Universidade e sua contribuição para o desenvolvimento científico tornaram-se importantes temas de debate e constituem, simultaneamente, critérios a considerar no desenvolvimento de acções conjuntas entre a União Europeia e a América Latina. No âmbito de uma melhor inserção no quadro da mundialização, o programa @lis tem como finalidade promover a sociedade da informação nos países latino-americanos (The EU's relations with Latin América, Programmes, 2004).

No seguimento da Cimeira do Rio de 1999, desenvolveu-se uma parceria estratégica assente em quatro áreas prioritárias: a) Protecção dos direitos humanos; b) Promoção da sociedade de informação; c) Redução dos desequilíbrios sociais; d) Educação. Deparamo-nos, agora, com uma preocupação comunitária que se dirige aos aspectos sociais, humanos e educacionais tal como a própria OEI tem vindo a introduzir nos seus critérios de intervenção.

CONCLUSÃO

Ao crescente interesse económico associam-se factores culturais e históricos, lusófonos e hispânicos, que contribuirão para um relacionamento político mais sólido entre dois Continentes, geograficamente distantes, mas próximos na afirmação da sua identidade e futuro em comum. A proximidade histórica, cultural e linguística entre a península ibérica e os países ibero-americanos tem servido como factor de união entre a própria União Europeia, no seu todo, e a América Latina, criando laços que reforçam as identidades lusófona e hispânica num mundo cada vez mais global e interdependente.

- Alcântara, Manuel (2003). *Sistemas Políticos de América Latina, América del Sur*, vol. I, 3ª ed. Madrid, Editorial Tecnos.
- Cave, Rose (2002). Integración y cooperación, Reflexiones en torno a un imperativo del nuevo milenio. In: *Si somos Americanos*, vol.III, año 2. Chile, pp.67-76.
- CIIP, Centro Internacional de Investigación e Informação para a Paz (2002). *O estado da paz e a evolução da violência – a situação da América Latina*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Cuenca Garcia, Eduardo, (2002). *Europa e Iberoamérica*. Madrid, Editorial Síntesis.
- EUROPA –The EU’s relations with Brazil – Overview, [Em linha]. Disponível em www.europa.eu.int/comm/external_relations/brazil/intro/index.htm [Consultado em 06.04.2004]
- EuropeAid – European Initiative for Democracy and Human Rights, Themes 2003. [Em linha]. Disponível em <http://europa.eu.int/europeAid> [Consultado em 01.10.2003]
- European Commission, “Trade Issues”, [Em linha]. Disponível em <http://www.europa.eu.int> [Consultado em 02.09.2003]
- European Initiative for Democracy and Human Rights, Themes 2003, [Em linha]. Disponível em <http://www.europa.eu.int/europeaid/projects> [Consultado em 01.10.2003]
- Hirst, Monica (2001). Atributos e dilemas políticos do Mercosul. In: Fórum Euro-Latino Americano, *O novo multilateralismo, Perspectivas da União Europeia e do Mercosul*. Cascais, Pricipia, pp.101-116
- Nun, José (2002). *Democracia, Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.
- Organização dos Estados Iberoamericanos, [Em linha]. Disponível em <http://www.oei.es> [Consultado em 02.09.2003]
- The EU’s relations with Latin America - European Union programmes, [Em linha]. Disponível em http://www.europa.eu.int/comm/external_relations/la/prog/index.htm [Consultado em 06.04.2004]
- The EU’s relations with Mercosul – Overview, [Em linha]. Disponível em http://www.europa.eu.int/comm/external_relations/mercosul/intro/index.htm [Consultado em 06.04.2004]
- Valladão, Alfredo G.A. (ed.), *The Costs of Opting Out, The EU-Mercosur Agreement and the Free Trade Area of the Americas*, Working Group on EU-Mercosur Negotiation Research Programm 2002-2003. [Em linha]. Disponível em <http://chairemercosur.sciences-po.fr/livre2/intro.htm> [Consultado em 06.04.2004]
- Valladão, Alfredo G.A. e Veiga, Pedro da Motta (ed.), *Political Issues in the EU-Mercosur Negotiations*, Working Group on EU-Mercosur Negotiation Research Programm 2002-2003. [Em linha]. Disponível em <http://chairemercosur.sciences-po.fr/livre4/intro.htm>, [Consultado em 06.04.2004]

[NOTAS DE FIM]

- ¹ Com base na comunicação apresentada na palestra “Europa-América: perspectivas de cooperação culturais e educacionais”, realizada na Universidade Fernando Pessoa, em 17 de Outubro de 2003.
- ² Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela.
- ³ IDB-IRELA, Foreign Direct Investment in Latin América: perspectives of the Major Investors, Madrid, 1998, cit. in Cuenca García, p.107.
- ⁴ Os actuais Estados membros são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.